

I - A CONTABILIDADE NO CONTEXTO DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL UM ESTUDO DE CASO: a Cerâmica Reunidas, em Palmas/TO

Autor: Angelo Glória Cirilo¹
Orientador: Valtuir Soares Filho²

RESUMO:

Num contexto em que a responsabilidade social e ambiental se faz de uma ação cooperativa de todos os setores da economia, que tem por objetivo a preservação do meio ambiente, a contabilidade ambiental vem auxiliar as empresas em sua gestão socioambiental. Os Relatórios Sociais são meios que as instituições buscam para demonstrar os investimentos na área socioambiental. Assim, na tentativa de reduzir a emissão de Gases de Efeito Estufa (GEEs), em 1997, na cidade de Kyoto, no Japão, foi consolidado o acordo internacional chamado Protocolo de Kyoto. Daí surgem os Créditos de Carbono, que são certificados de redução de emissão dos GEEs, e o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), na busca de viabilizar projetos de redução de emissões e sequestro de GEEs. Além das empresas contribuírem com o meio ambiente na diminuição do aquecimento global, ganha com a comercialização dos Créditos de Carbono e são reconhecidas por serem socialmente responsáveis. Este trabalho consistirá em demonstrar como o investimento ambiental pode se tornar vantajoso para as empresas – como tem acontecido com a Cerâmica Reunidas, em Palmas -TO – e a sociedade em geral, e que ambos ganharão com a preservação ambiental, a redução dos gases poluentes, causadores das mudanças climáticas, e a melhoria na qualidade de vida.

Palavras-Chave: Responsabilidade Social, Responsabilidade Ambiental e Contabilidade Ambiental.

ABSTRACT:

In a context that the social and environmental responsibility is made by a cooperative action of all the sectors of the economy, which aims at the environmental preservation; the environmental accountancy helps enterprises in their socioenvironmental administration. Social Reports are ways the institutions look for to demonstrate their environmental investments. Therefore, trying to reduce Greenhouse Gas Emissions (GGE), in 1997, in Kyoto, Japan, an international agreement, known as the Kyoto Protocol, was assigned. So, we have the Carbon Credits, which are certificates of GGE reduction, and the Clean Development Mechanism (CDM), trying to set up GGE reduction projects and GEE sequestration. So, enterprises contribute to the environment for the global warming decrease, make money with the Carbon Credit business and are known by being socially responsible. This assignment will demonstrate how the environmental investment can be profitable for enterprises – such as Cerâmica Reunidas, in Palmas -TO (Brazil) – and

¹ Estudante de Ciências Contábeis da Faculdade Católica do Tocantins – FACTO. e-mail: angelopalmas@hotmail.com

² Professor Pesquisador do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Católica do Tocantins - FACTO . e-mail: valtuir@catolica-to.edu.br

the society in general, and how both of them will gain from the environmental preservation, from the reduction of polluting gases, which are the drivers of climate change, and from the improvement in the quality of life.

Key-Words: Social Responsibility, Environmental Responsibility and Environmental Accountancy.

INTRODUÇÃO

A preocupação em relação ao meio ambiente visa um novo estilo de desenvolvimento, na eficiência econômica e na responsabilidade socioambiental.

As empresas são importantes agentes de promoção do desenvolvimento econômico de um país, pois possuem grande capacidade de criar e de gerar recursos num contexto em que a responsabilidade social e ambiental se faz de uma ação cooperativa de todos os setores da economia que tem por objetivo preservação do meio ambiente.

Ao investir em meio ambiente e ser socialmente responsável, as empresas ganham o respeito das pessoas e das comunidades que sofrem com o impacto de suas atividades, que ao notarem tal investimento, passa a ser reconhecidas pelos consumidores e ainda ganham o engajamento de seus colaboradores, conseqüentemente fica mais vantajoso a competitividade e evidente o sucesso empresarial.

Este trabalho consiste em demonstrar como o investimento ambiental pode se tornar vantajoso para as empresas e sociedade em geral, e que a ambos ganharão com a preservação ambiental, a redução dos gases poluentes causadores das mudanças climáticas e a melhoria na qualidade de vida.

Neste sentido, as empresas acabam gerando novas perspectivas no âmbito dos negócios, o marketing social e ganhos de competitividade através da certificação ambiental que diferenciará positivamente, com isso gerando um lucro maior.

Este trabalho partiu do questionamento acerca da necessidade de se evidenciar a responsabilidade social e ambiental nas organizações como foco de vantagem contábil e competitiva. Nesse tempo partiu-se do objetivo de apresentar possibilidades das empresas utilizarem a contabilidade na gestão dos recursos ambientais bem como, apontar o conceito de contabilidade no segmento ambiental e sua evolução a fim de mostrar o processo de resgate de carbono sob a ótica da contabilidade com o mérito de apresentar como o mercado de crédito de carbono influencia na contabilidade da empresa.

Para responder aos objetivos propostos e a problemática foi realizado uma entrevista com o proprietário da Cerâmica Reunidas com o intuito de conhecer o processo de contabilidade ambiental na referida empresa.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 AS DEMANDAS AMBIENTAIS E SOCIAIS NO MUNDO ATUAL.

Pode-se notar que o ser humano dentre todas as espécies animais existentes é a que mais busca adaptação ao ambiente natural. De acordo a sua necessidade, o homem vem construindo um ambiente próprio para a sua sobrevivência, diferenciando do meio ambiente natural. Essa construção do espaço próprio vem de muitos anos, no passado histórico, onde construía equipamentos contra os

predadores naturais, pois suas condições biológicas não supriam as necessidades, assim foram surgindo às primeiras ferramentas que aumentava a capacidade do ser humano, superando assim suas limitações. Para Dias (2009 p.3)

Durante milhares de anos, esse processo de intensificação da capacidade humana de intervir no ambiente natural foi se desenvolvendo de forma gradativa e cumulativa, mas durante muito tempo as modificações provocadas, aparentemente, não foram significativas se comparadas às dos dias atuais.

Com o surgimento da agricultura, vêm às transformações devido à atividade agrícola que exige a formação de um meio ambiente artificial para o cultivo de plantas e do gado ocupando mais espaços no ambiente natural.

Os processos de industrialização foi um avanço para a humanidade, porém criados de forma irresponsável, gerando problemas que afeta todo planeta nos dias de hoje. Evidenciam-se vários problemas causados pela industrialização que poluem o meio ambiente como os resíduos sólidos, líquido e gasoso

A atividade industrial gera resíduos sólidos, emissões de gases e poluentes líquidos. Nota-se que grande parte das empresas estão introduzindo novas técnicas de produção, utilizando-se de equipamentos e produtos menos agressivos ao meio ambiente. Mas mesmo assim as fábricas ainda liberam grandes volumes de materiais não aproveitados nos processos de produção. Para Ribeiro (2010 p.6),

Um dos avanços da tecnologia, motivo de várias discussões, é a reciclagem, em que matérias já usados ou resíduos da produção são reprocessados para o novo aproveitamento (por exemplo, papéis, plásticos, vidros e alumínio). Por enquanto, nem todos os materiais permitem a reciclagem, e o custo do processo pode ser muito elevado em alguns casos.

Nesse caso, a melhor maneira de reduzir isso é através da reutilização, ou seja, usar novamente na produção aquilo que seria jogado fora e também a reciclagem, destinando a pequena parte do material descartado, não tendo mais nenhum tipo de uso, deverá ser destinado aos aterros ou à incineração.

1.2 CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA DE APOIO NA TOMADA DE DECISÃO NA POLITICA AMBIENTAL

Vinculada à tomada de decisão, está o Sistema de Informação Contábil Ambiental, portanto é necessário identificar e classificar os elementos contábeis ambientais que envolvem as contas patrimoniais: Ativos, Passivos e patrimônio Líquido Ambiental e as de resultado: Receitas, Custos, Despesas Ganhos e Perdas Ambientais. O Sistema de Contabilidade Ambiental que pretende fundamentalmente incorporar à contabilidade financeira tradicional aos efeitos ambientais, identificando de forma separada aqueles custos e ingressos relacionados com o meio ambiente, busca incorporar o conceito de sustentabilidade do meio ambiente aos negócios da empresa. Para Braga, (2007 p.53),

Para a realização do processo de gestão ambiental é essencial o acompanhamento de receitas e despesas, custos, ganhos e perdas porque afetam o resultado patrimonial.

A efetivação do controle e posterior evidenciação das informações inerentes ao meio ambiente de forma segregada exigem a identificação e a mensuração desses elementos quando da ocorrência de eventos ou transações econômicas, financeiras, sociais e ambientais.

Para obter as informações de forma clara e correta é imprescindível o bom acompanhamento nas contas para não haver qualquer tipo de incerteza na prestação de contas.

Ao iniciar um trabalho na área ambiental, é necessária a busca pelos dados contábeis de gestão ambiental, haja vista serem de suma importância, pois não só demonstram os custos e sim todo o estoque de matéria prima disponível. Para Tinoco e Kraemer (2008 p.182),

Os desembolsos ambientais incorridos para evitar ou reduzir danos futuros, ou para preservar recursos, somente podem ser qualificados para reconhecimento como ativos se se destinarem a servir de maneira durável a atividade da entidade e se, além disso, satisfizerem a uma das seguintes condições, conforme a Diretriz Contabilística nº 29, da Comissão de Normalização Contabilística de Portugal.

A qualificação dos desembolsos ambientais serão reconhecidos como ativos ambientais caso se destinam a servir duravelmente a atividade da empresa e satisfazer o que diz a Diretriz Contabilista nº29, da Comissão de Normatização Contabilística de Portugal.

1.3 RESPONSABILIDADE SOCIAL

Observar-se que o tema responsabilidade social está em grande desenvolvimento no Brasil, com atitudes e ações que visam melhorias no compromisso com a qualidade de vida, gerando vagas de emprego aos que estão fora do mercado de trabalho. No que dizem respeito à responsabilidade social, as empresas estão cada dia mais buscando valores que demonstram a preocupação com o bem estar da sociedade mostrando seu interesse em diferentes contextos. Segundo Tinoco e Kraemer (2008, p. 102),

A grande responsabilidade social das organizações, a nosso juízo, consiste em gerar renda e emprego, distribuídos de forma mais equitativa do que vem ocorrendo, a todos os envolvidos em sua geração, propiciando aos que estão afastados de seus postos de trabalho e do mercado perspectivas de ingresso neste, particularmente no Brasil, que atravessa grave crise de crescimento, de desenvolvimento e, por conseguinte, de geração de emprego e de exclusão social.

A atuação do profissional contábil neste contexto, o torna responsável pela ética na execução de suas atividades. O contador em seu trabalho e na responsabilidade de elaborar os relatórios contábeis com transparência a fim de que a sociedade tenha acesso às informações do trabalho social da empresa, a empresa do mesmo modo está preocupada em demonstrar suas ações de responsabilidade social. Segundo, Vieira (2008, p. 116),

A base da responsabilidade social é a ética empresarial, e se expressa por meio dos princípios e valores adotados pela empresa. Não há responsabilidade social sem ética nos negócios. Não adianta uma organização, por um lado, pagar mal seus colaboradores, corromper a área de compras de seus clientes, pagar propinas e, por outro lado, desenvolver programas junto a entidades sociais da comunidade.

A forma de agir das empresas nesse momento é importante, mostrar para sociedade o que realmente faz, optando por demonstrar a responsabilidade social.

A relação de serviços contábeis e responsabilidade social são de confiabilidade, onde o profissional contábil deverá ser claro na apresentação dos relatórios contábeis.

1.4 CONCEITO DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Responsabilidade Ambiental são as atitudes, individuais ou empresariais, voltadas para o desenvolvimento sustentável do planeta, levando em conta o crescimento econômico combinado ao cuidado com meio ambiente, garantindo assim a sustentabilidade.

Com passar do tempo esse conceito foi tomando uma direção maior, se ouve dizer que responsabilidade ambiental é todo prejuízo causado a natureza e ao patrimônio natural. Para Ribeiro (2010 p.30),

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (Resolução Conama nº001/1986), impacto ambiental refere-se a qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, provocada por qualquer forma de matéria ou energia decorrente das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetem a saúde, segurança e bem-estar da população; as atividades sociais; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente e a qualidade dos recursos ambientais.

Pode-se dizer que qualquer atividade que ocasiona prejuízo ao meio ambiente, gera responsabilidade até mesmo indenização. Antes que aconteçam os impactos ambientais, deve ser lembrada a importância do meio ambiente, explicar a diferença entre responsabilidade ambiental e responsabilidade civil, não deve esperar que aconteça primeiro os impactos para tomar decisão, como fixar a multa ou indenização. De acordo Ribeiro (2010 p.35),

Caso seja necessária a limpeza das áreas externas atingidas, os custos serão de responsabilidade do poluidor. Nos Estados Unidos, a Agência de Proteção Ambiental arrecada, entre as empresas poluidoras, uma contribuição para a limpeza ambiental, cujo valor é determinado a partir de uma estimativa da participação de cada uma no nível de poluição.

Muitos enxergam a responsabilidade ambiental como uma obrigação, entretanto há pessoas que de maneira consciente tem um comportamento diferenciado e ético. Esse comportamento faz com que seja revista a forma de produção sem afetar o desempenho e o sucesso empresarial diminuindo os impactos sociais e ambientais.

1.5 FERRAMENTAS DE EVIDENCIAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL.

As empresas preocupadas em demonstrar seu compromisso com a sociedade e sua responsabilidade social, têm usado diversos recursos como: divulgação através de folders, marketing, criação de sites para divulgar os projetos sociais e ambientais além de criar departamento dentro da empresa utilizando os relatórios contábeis Balanço Social e os Relatórios Ambientais. Conforme Ribeiro (2010 p.9),

O Balanço Social foi instituído na França, em 1977, com uma visão restrita a recursos humanos, Com o tempo, ganhou uma abordagem mais ampla, contemplando, além dos dados relativos a esses recursos, a questão ambiental, a cidadania e o valor agregado à economia do país.

A contabilidade oferece relatórios contábeis tradicionais como: balanço patrimonial, demonstração de resultado, demonstração de lucros ou prejuízos

acumulados, relatório da administração e planilhas analíticas suplementares. Um dos desempenhos econômicos usado para analisar e questão econômica e social das organizações é o Demonstrativo de Valor Adicional (DVA). Para Ribeiro (2010 p.15),

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é parte do Balanço Social. E mais: compete importantíssimo desse balanço, deve ser entendida como uma forma de a contabilidade auxiliar a medir e demonstrar a capacidade da empresa para gerar e distribuir riqueza.

Os Relatórios Ambientais são um dos meios que as empresas utilizam para divulgar o seu compromisso com o desenvolvimento sustentável. Com isso entra em cena a gestão ambiental da empresa para administrar os recursos e operações tendo em vista à preservação do meio ambiente e à recuperação de áreas degradadas por suas atividades.

1.6 CONTABILIDADE AMBIENTAL

A Contabilidade Ambiental é importante para o meio ambiente, estuda os casos e registra no plano de contas tudo que é relacionado à área ambiental. Assim sendo, a empresa que busca investir no meio ambiente necessitará dessa ciência para comprovar o seu investimento e deixar fixado no Balanço Social todos os dados pertinentes a Responsabilidade Socioambiental. Para Carvalho (2008, p.111),

Contabilidade Ambiental pode ser definida como o destaque dado pela ciência aos registros e evidenciações da entidade referentes aos fatos relacionados com o meio ambiente. Não se configura em nenhuma nova técnica ou ciência, a exemplo da auditoria ou análise de balanços, mas em uma vertente da Contabilidade, a exemplo da contabilidade comercial ou industrial, que estuda fatos mais específicos de uma determinada área, no caso a área ambiental.

A Contabilidade Ambiental auxilia os gestores a demonstrar a responsabilidade socioambiental da empresa, através da utilização de relatórios contábeis que evidenciam de forma responsável e transparente os gastos com o controle ambiental. Atualmente, os cuidados com o meio ambiente são parte integrante das preocupações dos gestores, com isso a Contabilidade assume com a parte que implica os aspectos econômicos operacionais e ambientais. Para Silva (2011, p.37),

A contabilidade ambiental, diferente da contabilidade financeira (tradicional) onde as empresas têm a obrigação de ter seus demonstrativos contábeis divulgados, nem que seja somente para fins fiscais, não é obrigatória para as empresas e só existirá se as empresas quiserem mostrar para a sociedade que têm preocupações e compromissos com a preservação do meio ambiente.

Sem a obrigatoriedade da divulgação dos demonstrativos contábeis, a contabilidade ambiental serve como apoio as organizações que tem interesse em divulgar tal demonstrativo onde mostrará sua preocupação e responsabilidade com o meio ambiente vindo a somar com a contabilidade financeira na prestação de contas a sociedade.

1.7 O PROTOCOLO DE KYOTO

O Protocolo de Kyoto é um acordo internacional firmado entre os países que integram a Organização das Nações Unidas (ONU), com o intuito de reduzir a

emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE's). Em 1997, na cidade de Kyoto, no Japão, foi consolidado tal acordo na tentativa de reverter o quadro das mudanças climáticas e amenizar o impacto dos problemas ambientais causados pelas grandes indústrias.

O referido Protocolo determina no "Anexo A" sete gases cujas emissões devem ser reduzidas: CO₂ Dióxido de Carbono, CH₄ Metano, N₂O Óxido Nitroso, HFCs Hidrofluorcarbonetos, PFCs Perfluorcarbonetos e SF₆ Hexafluoreto de Enxofre. Esses gases são emitidos através da queima de combustíveis fósseis, gerados dos países industrializados, tais emissões decorrem das mudanças no uso da terra que tem como seus maiores responsáveis os países em desenvolvimento.

Um aspecto importante do protocolo na questão de redução dos gases é exatamente a diferença entre a emissão dos países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Todos os países têm responsabilidade no combate ao aquecimento global, mas aqueles que mais contribuíram para o acúmulo de gases na atmosfera têm obrigação maior de reduzir suas emissões. Neste sentido, o protocolo procurou olhar para os países em desenvolvimento de forma diferenciada separando os países mais ricos sendo os do Anexo I os mais desenvolvidos que por sua vez concordaram e se comprometeram a reduzir suas emissões de gases poluentes em 5% em relação aos níveis de 1990 entre 2008 a 2012.

Apesar de não fazer parte do Anexo I, pois não é um país com histórico de grandes emissões de gases de efeito estufa e por não ter uma industrialização no período de compromisso, o Brasil tem os índices de desmatamento e incêndios expressivos, por esse motivo se levassem em consideração seria diferente. O Brasil tem um papel importante a desempenhar a partir de mecanismos de flexibilização propostos pelo Protocolo, o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).

1.8 MECANISMO DE DESENVOLVIMENTO LIMPO

O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) é o único que insere os países que não pertence ao Anexo I, na busca de viabilizar projetos de redução de emissões e seqüestro de GEEs, que são comprados por países do Anexo I para atingirem as cotas de emissões, como se observa no Artigo 12 item 2, do protocolo de Kyoto.

O objetivo do mecanismo de desenvolvimento limpo deve ser assistir às Partes não incluídas no Anexo I para que atinjam o desenvolvimento sustentável e contribuam para o objetivo final da Convenção, e assistir às Partes incluídas no Anexo I para que cumpram seus compromissos quantificados de limitação e redução de emissões, assumidos no Artigo 3.

Seguindo o artigo, no item 3, notamos como acontece o processo e a garantia que os países do Anexo 1 tem para cumprir com os compromissos assumidos e determinados pela Conferência das Partes do Protocolo.

Sob o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo:

(b) As Partes incluídas no Anexo I podem utilizar as reduções certificadas de emissões, resultados de tais atividades de projetos, para contribuir com o cumprimento de parte de seus compromissos quantificados de limitação e redução de emissões, assumidos no Artigo 3, como determinado pela Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Protocolo.

A Redução Certificada de Emissão (RCE) é o resultado do seqüestro dos Gases de Efeito Estufa, e deve ser certificada por entidades operacionais a serem designadas pela Conferência das Partes (COP). No âmbito do Brasil, o Decreto Presidencial de 7 de julho de 1999, instituiu oficialmente a Comissão Internacional

de Mudança Global do Clima (CIMGC) como autoridade nacional designada para aprovação de projetos relacionados ao MDL.

A possibilidade de comercialização desses certificados, verdadeiras permissões de poluir, está retratada pelo item 9 do mesmo artigo:

A participação no mecanismo de desenvolvimento limpo, incluindo nas atividades mencionadas no parágrafo 3 acima e na aquisição de reduções certificadas de emissão, pode envolver entidades privadas e/ou públicas e deve sujeitar-se a qualquer orientação que possa ser dada pelo conselho executivo do mecanismo de desenvolvimento limpo.

Exemplos de atividades de projetos que reduzem emissões são: substituição de combustíveis fósseis por renováveis na geração de energia, aumento da eficiência energética, captura e queima do gás metano em aterros e biodigestores, entre outras atividades. Já as atividades de seqüestro estão associadas à captura e armazenamento de CO₂ como, por exemplo, o reflorestamento. De acordo com Rezende e Merlin (2009 p.103),

A comercialização dos créditos de carbono é feita através da venda de CERs, certificados atestando a redução ou captura, que corresponde a uma unidade de uma tonelada métrica equivalente de dióxido de carbono, emitida em conformidade com o Artigo 12 do Protocolo de Kyoto e os seus requisitos.

Além da comercialização dos créditos de carbono, o objetivo maior dos Projetos MDL, é a sustentabilidade, para tanto Monzoni (2004) propõe alguns indicadores para medir a sustentabilidade de projetos MDL, com base no proposto pela Comissão Interministerial de Mudanças Globais do Clima (CIMGC).

A implantação de MDL apresenta uma serie de impactos na empresa no sentido ambiental e social.

Os Impactos sociais são: a valorização do potencial e recursos das pessoas, estimulando a participação, garantindo que tenham influência em todos os passos do projeto, promovendo a qualidade de vida dos menos favorecidos, proporcionando que a comunidade se aproprie dos bens e das atividades.

Os impactos ambientais são: os recursos naturais água, ar, solo e a biodiversidade que podem ser definidos como estoque de recursos naturais, uma garantia para a sociedade.

1.9 O CARBONO SOCIAL E A INDÚSTRIA CERAMISTA

O conceito de seqüestro de carbono foi consagrado pela Conferência de Kyoto, em 1997, com o objetivo principal de conter e reverter o acúmulo de CO₂ na atmosfera, lutando pela redução do efeito estufa. Além das empresas contribuírem com o meio ambiente na diminuição do aquecimento global, ganha com a comercialização do crédito de carbono e são reconhecidas por ser socialmente responsável, passa a ser reconhecidas pelos consumidores e ainda ganham o engajamento de seus colaboradores, conseqüentemente fica mais vantajoso a competitividade e evidente o sucesso empresarial.

Para avaliar as condições das comunidades envolvidas em projetos florestais, a forma do Carbono Social foi adaptada para projetos que envolvessem os mais variados tipos de empreendimento, mantendo sempre as suas características fundamentais, como aconteceu com os chamados projetos de Cerâmica. Para Rezende e Merlin (2009 p.46),

O setor ceramista é composto, em sua maioria, por empresas de pequeno porte. Embora possuam uma experiência extensiva na produção

de peças estruturais, esses empreendedores ainda apresentam baixo desempenho tecnológico no que se refere à eficiência dos processos, à qualidade da produção e aos impactos no meio ambiente.

O projeto de realização do contexto de Carbono Social de tal setor implica primeiramente em ações internas, que visam à melhoria nas condições de trabalho tornando visível o uso dos insumos. Com essas ações fica claro o envolvimento dos empreendedores que investem na melhoria das condições de trabalho de seus colaboradores e torna-se eficaz e inteligente o uso dos insumos na redução dos impactos ambientais e para concretizar tal inovação, foi pensada a substituição das fontes energéticas nos fornos. A ideia inicial era fazer uma troca com os produtores de arroz da região, atendendo às necessidades dos ceramistas e com essa metodologia pode perceber que tal negócio geraria mercado de carbono. Neste sentido foi pensada a criação de um projeto de carbono gerando recursos adicionais para as ceramistas investirem em atividades sócias e ambientais.

1.10 SUBSTITUIÇÃO DE COMBUSTÍVEL NA INDÚSTRIA CERÂMISTA

Uma das principais contribuições dos projetos de carbono e da metodologia do Carbono Social até o momento foi à conscientização dos empresários onde normalmente, os diretores de uma empresa tomam as questões ambientais e sociais como entraves, burocracias, multas, etc. E essa é uma oportunidade onde eles são incentivados por boas práticas socioambientais, ao invés de serem penalizados.

De acordo com Rezende e Merlin (2009 p.71),

A primeira adaptação da metodologia do Carbono Social foi para o desenvolvimento de indicadores específicos para a atividade do setor ceramista. O primeiro desafio enfrentado foi adaptar a metodologia para o âmbito de organizações privadas, uma vez que sua concepção original tinha como foco as comunidades de baixa renda.

Normalmente o perfil das pessoas que trabalham no setor ceramista, é de carência sócia econômica como a baixa escolaridade, a falta de formação continuada e dificuldades financeiras. Para Rezende e Merlin (2009 p.71 e 72),

É utópico exigir que a empresa e os trabalhadores se preocupem com a melhoria de vida das comunidades de baixa renda sem que seja considerada a qualidade de vida dentro do ambiente de trabalho. Em especial, nesse setor, onde a mão de obra não possui quase nenhuma qualificação, os salários são baixos e os trabalhadores ainda exercem funções que demandam grande esforço, além de serem expostos a situações de risco, como o calor excessivo.

Depois do atingir a aplicação da metodologia do Carbono Social, em seguida é realizada a consolidação dos indicadores conforme tabela dos Impactos e *benchmarking* no setor ceramista. Conforme Rezende e Merlin (2009 p.73)

Tabela 2. Impactos e benchmarking no setor ceramista

Atividade	Aspecto	Impacto
Aquisição de matéria Prima	Extração da argila	Assoreamento – Erosão – Alteração na paisagem
Dosagem da argila (preparação da massa)	Consumo de água	Esgotamento dos recursos naturais
Iluminação e alimentação de aparelhos elétricos	Consumo de energia elétrica	Esgotamento dos recursos naturais
Acondicionamento da biomassa	Disposição da biomassa no interior da fábrica	Contaminação do ar local devido à dispersão de materiais particulados
Alimentação dos fornos	Consumo da biomassa	Melhor disposição e aproveitamento de resíduos agro florestais
Queima dos fornos	Emissão de fumaça	Poluição do ar
Banhos/ Lavatórios/ Sanitários	Efluente sanitário, banheiros e lavatórios	Contaminação da água
Queima dos fornos	Resíduos de cinzas	Contaminação do solo
Processo produtivo	Cacos	Ocupação de aterros
Operação das máquinas	Consumos de óleos e graxas	Esgotamento dos recursos naturais
Operação das máquinas	Disposição de óleos e graxas	Contaminação do solo e água
Operação das máquinas transporte de materiais e produtos	Necessidade de mão de obra	Geração de empregos
Administração e gerenciamento de atividades	Necessidade de mão de obra	Geração de empregos
Processo produtivo	Emissão de material particulado	Problemas respiratórios
Queima dos fornos	Emissão de calor	-
Operação das máquinas	Equipamento em funcionamento	Ruído

Fonte: Divaldo Rezende e Stefano Merlin (2009, p.73).

2. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste trabalho, foram realizadas pesquisas em livros, documentos, artigos científicos e pesquisa de campo para responder o que se expõe a este trabalho.

Neste sentido, a pesquisa bibliográfica buscou informações e conhecimentos precedentes acerca do tema apresentado e problema para o qual se busca resposta.

Quanto aos objetivos, na pesquisa de campo foram utilizados instrumentos de pesquisa qualitativa com o proprietário da Cerâmica Reunidas na cidade de Palmas, a fim de colher informação acerca dos mesmos para atender as questões sobre o meio ambiente e social e para identificar o nível de conhecimento e o envolvimento da empresa no projeto ambiental e social que ela desenvolve, por meio da aplicação de um questionário.

Foi feita uma visita na sede da empresa Cerâmica Reunidas em Palmas – TO a fim de coletar informações sobre o seu histórico, como a empresa começou, as transformações que ocorreram e um panorama da empresa hoje que foi feito através

de acesso ao site para a visualização de imagens da indústria que funciona no município de Cristalândia – TO.

Em seguida os dados coletados foram analisados e as informações obtidas disponibilizadas nos resultados desta pesquisa.

3. METODOLOGIA E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise dos resultados foi feita através de um questionário aplicado ao Sr. Edilberto Rocha proprietário da empresa Cerâmica Reunidas Ltda. O mesmo contém 09 questões estando disponível no anexo 1 deste trabalho. A entrevista foi realizada no dia 09 de maio às 09 horas no escritório central da empresa localizado na Arse 71 na cidade de Palmas – TO. O objetivo desta pesquisa foi de buscar informações para apresentar possibilidades das empresas utilizarem a contabilidade na gestão dos recursos ambientais numa empresa.

Na entrevista foi perguntado ao entrevistado acerca de do retorno da sociedade perante as ações inovadoras promovidas pela sua empresa. Como resposta o sujeito da pesquisa informou:

“A sociedade viu com bons olhos a iniciativa da nossa empresa”

Atualmente a sociedade tem preferência por adquirir produtos oriundos de empresas que adotaram uma postura limpa no processo produtivo como pode-se perceber na fala simples do entrevistado.

Ao ser perguntado sobre quais as mudanças ocorridas em sua empresa que trouxeram uma nova visão empresarial e social. Obteve-se a seguinte resposta:

“A troca da biomassa no processo de queima da Cerâmica Reunidas foi primordial para que a empresa viesse a ser mais respeitada e valorizada, tendo um reconhecimento notável de toda comunidade”.

A mudança no processo de produção da empresa possibilitou um ganho no contexto de marketing social tornando-a mais competitiva através da certificação ambiental gerando novas perspectivas de negócios.

Questionado sobre qual a sua visão de empresário quando se fala de "adequação ambiental das empresas", e se a considera viável. Respondeu que:

“É imprescindível que as empresas se adequem. A adequação em si, é um projeto pensado a longo prazo privilegiando o futuro do planeta. Sua viabilidade é sim realizável se bem planejada”.

A elaboração de um plano de ações é fundamental para o sucesso do projeto, neste contexto faz-se necessário a utilização da contabilidade como uma ferramenta na gestão ambiental fazendo uso de seus relatórios gerenciais que viabilizarão o plano de adequação.

Sobre a contribuição da Contabilidade na percepção dos ganhos obtidos. O entrevistado respondeu que:

“Sim. A contabilidade com certeza nos ajudou a identificar os ganhos neste projeto”.

Sabendo que a contabilidade proporciona uma visão real dos resultados, é necessário o uso da mesma para se obter com segurança os resultados auxiliando na tomada de decisões.

Questionado se as mudanças sociais e ambientais proporcionadas pelos projetos de comércio de carbono são duradouras e eficientes para a preservação ambiental. O entrevistado respondeu:

“Sim, essas mudanças não só devem ser duradouras como deverão ser continuadas”.

A utilização dos recursos naturais de forma inteligente e eficaz proporciona uma contribuição significativa na redução dos impactos ambientais, coopera com a preservação do planeta e a melhoria na qualidade de vida.

A análise desses dados permitiu identificar que as ações adotadas no processo de gestão ambiental são vantajosas para as empresas, fazendo-se compreensível pela análise dos demonstrativos contábeis.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao investir em meio ambiente as empresas buscam visibilidade no mercado e a maximização dos lucros.

Na busca pelos resultados foi de suma importância a aplicação do questionário ao proprietário da empresa citada, onde se pode obter a real situação da empresa antes do investimento ambiental e depois do projeto executado.

A exposição dos relatórios gerenciais não foram disponibilizados em virtude de a empresa apresentar nesse sentido uma visão ainda um pouco confusa com relação à contabilidade ambiental, não aproveitando em sua totalidade a disponibilidade desta ferramenta contábil.

Um ponto importante é o retorno positivo da sociedade que ao ver a iniciativa da empresa, acaba adquirindo os seus produtos por valorizarem a sua postura limpa no processo produtivo e enxergarem com bons olhos o investimento em responsabilidade social e ambiental.

Constatou-se também que a empresa na visão de seu proprietário, é a favor da adequação ambiental nas empresas, afirmando que este projeto privilegia não só a empresa, mas o futuro do planeta e que a viabilidade é realizável se bem planejada.

Na entrevista um dos pontos importantes, foi à percepção do proprietário ao afirmar que a contabilidade os ajudou a identificar os ganhos, sabendo de que o uso da mesma foi necessário para obter com segurança os resultados, com isso auxiliando-os na tomada de decisões.

Analisando também sobre as mudanças sociais e ambientais proporcionadas pelos projetos de comércio de carbono, foi dito que tais mudanças não só devem ser duradouras como deverão ser continuadas, utilizando os recursos naturais de forma inteligente e eficaz proporcionando uma contribuição significativa na redução dos impactos ambientais, cooperando com a preservação do planeta e a melhoria na qualidade de vida.

Conclui-se que a Contabilidade Ambiental representa um grande sistema de informação onde auxilia as empresas que têm um compromisso com a responsabilidade socioambiental, a apontar o rumo nas tomadas de decisões, fornecendo aos seus usuários as informações necessárias e sendo facilitadora no processo de investimento na questão da responsabilidade social e ambiental, tornando a relação entre empresas e sociedade mais sólida e transparente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGA, Célia. **Contabilidade Ambiental: Ferramenta para a gestão da sustentabilidade.** São Paulo: Atlas, 2007

CARVALHO, Maria Braga de. **Contabilidade Ambiental, Teoria e Prática.** Curitiba: Juruá, 2008.

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade.** São Paulo: Atlas, 2009.

RESENDE, Divaldo, MERLIN Stefano. **Biodiversidade e Carbono Socail** Rua Costa Cabral, 859 – 4200-225 Porto: Edições Afrontamento, Ltda 2009.

RIBEIRO, Maísa de Souza. **Contabilidade Ambiental.** São Paulo: Saraiva, 2010.

SILVA, Benedito Gonçalves da. **Contabilidade Ambiental, Sob a ótica da Contabilidade Financeira.** Curitiba: Juruá 2011.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio, KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e Gestão Ambiental.** 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanco Social: Uma Abordagem da Transparência e da Responsabilidade Pública das Organizações.** São Paulo: Atlas, 2008.

VIEIRA, Maria das Graças, **A Ética na profissão Contábil.** São Paulo: IOB Thomson, 2008.

GAZANI, Flávio Rufino, Presidente da ABEMC, 2010.

<http://www.abemc.com/arquivos/boletins/Abemc%20_Boletim03_Boletim_set_.pdf>
> Acesso em: 27 de maio 2013.

IDEIAS AMBIENTAIS. Desenvolvido pela Equipe do Ideias Ambientais, 2010

<<http://www.ideiasambientais.com.pt>> Acesso em: 28 de maio de 2012.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS INPE - PROTOCOLO DE KIOTO

<http://mudancasclimaticas.cptec.inpe.br/~rmclima/pdfs/Protocolo_Quito.pdf>

Acesso em: 03 de fevereiro de 2013.

RESPONSABILIDADE.COM - EDIÇÃO: 143 Ano: 9 ISSN: 1677-4949

<http://www.responsabilidadesocial.com/institucional/institucional_view.php?id=1>

Acesso em: 28 de maio de 2013.

DIREITOS AUTORAIS

Os autores são os únicos responsáveis pelo conteúdo do material impresso incluídos neste trabalho.